

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional Jorge Rossmann

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRJR
HRJR – Hospital Regional Jorge Rossmann

CNPJ nº 03.969.808/0009-27.



Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		10.183.546,04	8.908.794,60
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.850.841,87	3.515.854,18
Contratos de gestão e convênios	5	4.254.812,77	2.869.574,10
Estoque	6	1.426.751,39	1.980.323,94
Outros Créditos	7	453.734,12	376.416,10
Despesas pagas antecipadamente	8	197.405,89	166.626,28
Não Circulante		3.218.432,95	3.109.712,95
Partes relacionadas	9	3.218.432,95	3.109.712,95
Total do ativo		13.401.978,99	12.018.507,55
Ativo compensado	10	8.744.817,13	6.169.024,81
Total do ativo e do ativo compensado		22.146.796,12	18.187.532,36

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sem movimento	
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	

1. Contexto operacional:

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu a novo modelo de gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo de concorrência pública para administrar uma importante unidade de saúde do estado, o HRJR - Hospital Regional Jorge Rossmann, localizado na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRJR, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017, com vigência de 60 meses, encerrado em 31 de maio de 2022, e seus respectivos termos aditivos. Em 31 de maio de 2022, o ISG celebrou novo contrato de gestão (SES-PRC-2022/14030), com vigência de 60 meses, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no Hospital Regional "Jorge Rossmann" de Itanhaém, dando continuidade ao processo de gestão da unidade. **2. Base de preparação:** **2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, em atendimento da essência sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações fi-

nanceiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e referem-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017 e na continuação conforme novo contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, assinado em 31 de maio de 2022, com vigência de 60 meses, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado:** **a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos, administra o HRJR e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2022. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames. **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções pela custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributações:** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso ne-

5. Contrato de Gestão e Convênios:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Subvenção aplicação (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior(-)	Outras Receitas(+)	Reconh de Glosa e Ajustes(-)	Custos Realizados(-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub.a Receber Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção Acumulada a Receber (Pos.) ou Déficit (Neg.)	Saldo Sub. a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2017	29.551.684,76	173.480,14	1.831.575,81	1.227.501,20	(516,37)	25.954.316,78	3.167.289,88	29.551.684,76	29.551.684,76	0,00	292.548.189,76	262.996.505,00	266.163.794,88
2018	72.044.979,56	579.847,25	177.767,52	82.992,80		76.164.820,13	(467.478,16)	72.044.979,56	72.044.979,56	0,00	12.498.601,07	203.450.126,51	202.982.648,35
2019	99.223.144,65	405.131,18	219.373,54	28.264,78	(158.902,54)	98.130.181,04	998.410,41	99.223.144,65	99.223.144,65	0,00	39.676.766,16	143.903.748,02	144.902.158,43
2020	102.538.692,50	237.931,85	234.862,42	180.556,67	2.115,13	103.846.974,60	(128.360,72)	102.738.692,50	102.738.692,50	200.000,00	43.192.314,01	84.557.369,53	84.429.008,81
2021	101.963.981,00	236.409,89	1.458,00	641.686,75	37.705,96	105.544.127,06	(2.869.574,10)	101.763.981,00	101.763.981,00	0,00	42.217.602,51	24.810.991,04	21.941.416,94
2022	107.829.412,05	684.736,15	2.173.956,79	628.916,74	35.658,07	108.300.688,75	(4.254.812,77)	107.829.412,05	107.829.412,05	0,00	560.017.732,01	476.999.311,00	472.744.498,23

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HRJR), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 4,2 milhões refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2022 é de R\$ 476,9 milhões até a conclusão do contrato, previsto para junho de 2023. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 427,7 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do laço contratual. **6. Estoque:** Em 31 de dezembro de 2022, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.426.751,39 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

10. Ativo/Passivo Compensado: O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão nº 001.0500.000011/2017 e SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos aditivos, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022.

Custo	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Bens Cedidos CG	Bens Recebidos em Doação	Total
Em 31 de dezembro de 2021	858.489,40	312.625,91	35.812,32	1.258.109,66	0,00	69.000,00	2.534.037,29
Adição	14.124,00	1.556.626,24	14.600,00	588.606,55	401.835,53	0,00	2.575.792,32
Em 31 de dezembro de 2022	872.613,40	1.869.252,15	50.412,32	1.846.716,21	401.835,53	69.000,00	5.109.829,61

11. Fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	906.659,52	923.900,41
Fornecedores de serviços (ii)	4.112.614,89	4.237.556,88
Total	5.019.274,41	5.161.457,29

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão SES-PRC-2022/14030. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão SES-PRC-2022/14030. **12. Salários e encargos sociais:** As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	2022	2021
Salários a pagar	1.799.704,36	1.527.091,33
Pensão a pagar	3.536,98	4.944,09
Rescisão a pagar	8.153,90	17.372,30
INSS	862.261,90	725.415,40
FGTS	278.191,99	245.683,34
Provisões férias e encargos	3.922.372,55	3.605.697,74
Outros	6.492,71	9.921,28
Total	6.880.714,39	6.136.125,48

13. Obrigações tributárias:

	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte	384.459,11	277.931,46
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	309.998,10	292.734,94
ISS retido de terceiros	24.699,02	23.739,37
PIS sobre folha de pagamento	44.297,33	38.666,80
INSS retido de terceiros	48.880,68	46.898,27
Total	812.334,24	679.970,84

Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)			
	Nota	2022	2021
Receitas operacionais - com restrição			
Programa atividades de saúde	15	106.987.035,86	104.666.030,42
Outras receitas atividades de saúde	16	557.589,96	624.865,30
Total		107.544.625,82	105.290.895,72
Custos com programa com restrição			
Programa atividades de saúde	17	(89.687.931,69)	(86.706.370,37)
Superávit (Déficit) bruto		17.856.694,13	18.584.525,35
Despesas operacionais atividades de saúde com restrição	18		
Com pessoal	18.1	(5.197.467,26)	(4.649.449,75)
Serviços prestados por terceiros	18.2	(8.786.083,25)	(10.092.340,81)
Gerais e administrativas	18.3	(4.398.467,07)	(3.964.343,57)
Tributárias	18.4	(203.840,57)	(82.375,07)
Total		(18.585.858,15)	(18.788.509,20)

Bens Adquiridos CG atividades de saúde com restrição

Programa Atividades de Saúde		
- Investimentos	2.173.956,79	1.458,00
Bens Adquiridos CG	(2.173.956,79)	(1.458,00)

Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro

	(729.164,02)	(203.983,85)
--	--------------	--------------

Resultado financeiro atividades de saúde com restrição

Receitas financeiras	756.062,93	253.231,34
Despesas financeiras	(26.898,91)	(49.247,49)
Total	729.164,02	203.983,85

Superávit (Déficit) do exercício

	0,00	0,00
--	------	------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Superávit do exercício		

Variações nos ativos e passivos

Contratos de gestão e convênios	(1.385.238,67)	(2.741.213,38)
Estoque	553.572,55	302.772,83
Outros Créditos	(77.318,02)	(145.676,69)
Despesas Pagas Antecipadamente	(30.779,61)	(19.236,92)
Fornecedores	(142.182,88)	(537.746,39)
Salários e encargos sociais	744.588,91	672.504,29
Obrigações tributárias	132.363,40	(15.458,79)
Partes relacionadas	(108.720,00)	(3.109.712,95)
Contingências	679.898,74	7.642,08
Outros passivos	(31.196,73)	(58.606,50)

Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais

	334.987,69	(5.644.732,42)
--	-------------------	-----------------------

Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa

	334.987,69	(5.644.732,42)
--	-------------------	-----------------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

	3.515.854,18	9.160.586,60
--	--------------	--------------

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

	3.850.841,87	3.515.854,18
--	--------------	--------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

num imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Caixa e bancos	3.406.975,12	1.581.880,53
Aplicações financeiras (*)	3.816.772,12	1.933.973,65
	3.850.841,87	3.515.854,18

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a renda fixa no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Descrição

TX A.A.(%)	Tipo	2022	2021
Banco do Brasil RF-CP	RF CP Em-		
CORP 400MIL 40			

...Continuação

18. Despesas Operacionais – Com Restrição Atividades de saúde

	2022	2021
18.1. Despesas Com Pessoal:		
Salários	2.692.431,95	2.454.349,01
Horas Extras	1.316,33	154,81
Adicionais	297.444,38	241.429,61
Férias	413.988,87	358.177,45
13º salário	301.584,99	252.880,61
Aviso Prévio	27.636,66	12.939,83
D.S.R	25.783,21	18.952,03
Indenizações	23.895,83	60.147,39
Auxílio Educação	42.480,89	47.041,00
Encargos sobre a folha	1.370.868,15	1.203.186,01
Outras Despesas com Pessoal	36,00	192,00
	5.197.467,26	4.649.449,75

	2022	2021
18.2. Serviços Prestados Por Terceiros:		
Serviços Advocáticos	246.367,00	193.540,00
Serviços de Consultoria (i)	425.029,49	1.823.642,65
Despesas Com Alimentação	3.353.327,60	3.035.931,70
Serviços de Contabilidade	135.831,17	123.750,00
Serviços Especializados em TI	764.151,38	782.308,92
Serviços RH	474.942,32	452.499,02
Despesas Corporativas (ii)	1.914.677,52	2.279.946,73
Outros Serviços (iii)	1.471.756,77	1.400.721,79
	8.786.083,25	10.092.340,81

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade. (iii) São as despesas com serviços de engenharia clínica, auditoria, gráficos, cursos e treinamentos e frete.

	2022	2021
18.3. Gerais e Administrativos:		
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	61.022,91	87.185,11
Utilidades e Serviços (i)	4.316.593,72	3.867.484,03
Viagens e Estádias	11.657,15	9.648,97
Outros Despesas (ii)	9.193,29	25,46
	4.398.467,07	3.964.343,57

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios, seguro predial, cartórios e Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. (ii) São gastos com estacionamentos e pedágios, anuidades e mensalidades, despesas legais e judiciais e despesas com chaves e carimbos.

	2022	2021
18.4. Despesas Tributárias:		
IOF	-	1.402,10
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	143.060,06	47.964,48
IOF Sobre Aplicações Financeiras	49.418,93	22.606,04
Outros Impostos e Taxas	11.361,58	10.402,45
	203.840,57	82.375,07

19. Resultado Financeiro – Com restrição atividades de saúde

	2022	2021
Receitas Financeiras	756.062,93	253.231,34
Despesas Financeiras	(26.898,91)	(49.247,49)
	729.164,02	203.983,85

	2022	2021
20. Contingências:		
Contingências Trabalhistas - LP	203.344,18	9.757,21
Contingências Cíveis – LP	486.311,77	0,00
	689.655,95	9.757,21

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que R\$ 203.344,18 se refere ao valor de contingências trabalhistas e R\$ 486.311,77 referente a de contingências cíveis, ambas consideradas como perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados, pelo departamento jurídico da Entidade, estão abaixo listados.

	2022	2021
Quantidade		
de ações	173.605.841,92	206.567.793,64
Possíveis	0	0

	2022	2021
Quantidade		
de ações	3	0
Prováveis	0	0

21. Eventos Subseqüentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer. Em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Itanhaém - SP, 11 de abril de 2023

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e Conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, Itanhaém - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRJR - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG - Gestor do HRJR, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Subvenções e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, está correlacionado nas Notas "05 – CONTRATO DE GESTÃO E CONVENIO", "15 RECEITAS OPERACIONAIS - COM RESTRIÇÃO" e "16 OUTRAS RECEITAS COM RESTRIÇÃO - ATIVIDADE DE SAÚDE", todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade sobre Subvenções a receber, no valor de R\$ 4,2 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato SES-PRC-2022/14030, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, será efetivada no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 107,5 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados, para o período em análise, por este motivo a Entidade possui subvenção a receber. **Resposta da auditoria ao assunto:**

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRR

Diretoria	
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes - Diretor presidente CPF: 195.644.575-72	Ernesto Stangueti Diretor Financeiro CPF: 846.816.088-15

Relatório - Contratado X Realizado

Relatório - Gestão em Saúde - Data: 01/03/2023

Relatório - Contratado X Realizado

HOSP REG DE ITANHAEM - Período: De 01 até 12/2022

183 - Internações

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Clínica Médica	857	889	4%	942	956	1%
Obstetrícia	1.588	1.612	2%	1.428	1.490	4%
Pediatria	402	639	59%	162	682	321%
Total	2.847	3.140	10%	2.532	3.128	24%

470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Eletivas	1.209	1.058	-12%	1.254	1.353	8%
Urgências	240	284	18%	240	286	19%
Total	1.449	1.342	-7%	1.494	1.639	10%

322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgia Hospital - Dia	120	107	-11%	120	158	32%
Total	120	107	-11%	120	158	32%

185 - Urgência / Emergência

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Consultas de Urgência	7.000	7.138	2%	9.000	7.399	-18%

Relatório - Contratado X Realizado (Ambulatorial)

Relatório - Contratado X Realizado

AH REG DE ITANHAEM - Período: De 01 até 12/2022

271 - Consultas Médicas

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	1.500	1.201	-20%	1.500	1.499	0%
Interconsultas	1.200	1.374	15%	1.200	1.619	35%
Consultas Subseqüentes	3.900	4.451	14%	3.900	5.341	37%
Total	6.600	7.026	6%	6.600	8.459	28%

275 - SADT Externo

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	360	316	-12%	360	292	-19%
Diagnóstico por Tomografia	510	743	46%	60	45	-25%
Diagnóstico por Endoscopia	660	489	-26%	660	449	-32%
Total	1.530	1.548	1%	1.080	786	-27%

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Colonoscopia	0	0	0	0	1	0
TC abdome superior	0	14	0	0	0	0
TC tórax	0	1	0	0	0	0
Total	0	15	0	0	1	0

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "05 CONTRATO DE GESTÃO E CONVENIOS", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017 e da continuação por meio do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, ambos firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos ao contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRJR optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSENCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento à essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase: Continuidade das operações, controles gerenciais do ativo e passivo compensado, transações entre partes relacionadas e prestação de contas unificada nas demonstrações financeiras:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade, são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000011/2017 e demais aditivos, no qual foi encerrado em 31/05/2022, havendo a celebração de um novo contrato de gestão (SES-PRC-2022/14030). Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação deste novo contrato de gestão, prevista para conclusão em 31/05/2027. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no contrato de gestão SES-PRC-2022/14030 e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR. Contudo, evidenciamos os registros parciais destes bens em contas de controle, Ativo e Passivo compensado. Identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "9 - Partes relacionadas", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Informamos que as demonstrações ora apresentadas contêm a prestação de contas de dois contratos de gestão, sendo: contrato de gestão N.º 001.0500.000011/2017, no qual foi encerrado em 31/05/2022, e do novo contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, assinado em 31/05/2022, ambos firmados com a SES-SP e vinculados a mesma unidade hospitalar, não havendo a segregação da prestação de contas por contrato. Contudo, a SES-SP encaminhou resposta autorizando o fechamento das demonstrações financeiras, encer-

radas em 31/12/2022, de forma unificada para os dois contratos de gestão. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 05 de abril de 2022. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. • Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Itanhaém - SP, 12 de abril de 2023.

Work7 Auditores Independentes SS - CRC 1GO 001891 "S" - SP
José Ricardo Xavier - Contador
 CRC 1GO-013785/O-0 "S" SP | CVM 12.424



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 (Em reais)					
	Nota	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	686.068,26	71.830.699,32	8.824,89	20.720.826,98
Contratos de gestão e convênios	5	-	196.730.501,42	-	215.922.297,45
Contas a receber	6	2.716.207,18	2.716.207,18	2.635.613,89	2.640.613,89
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.039,77	6.577.687,21	144.596,29	6.873.745,46
Adiantamentos a terceiros	8	4.119,80	649.070,37	59.134,58	854.753,54
Adiantamentos a funcionários	9	96.183,63	1.171.730,43	184.495,58	1.090.530,00
Estoque	10	-	11.374.262,23	-	12.474.941,01
Despesas antecipadas	11	41.717,62	1.247.074,76	34.890,17	951.019,00
Total do ativo circulante		3.549.336,26	292.297.232,92	3.067.555,40	261.528.721,10
Não Circulante					
Depósitos em caução		37.736,51	37.736,51	37.736,51	37.736,51
Depósitos/bloqueios judiciais	12	3.026.198,49	4.741.494,03	3.087.126,90	4.634.047,50
Transações entre unidades	13a	11.838.787,81	-	4.301.009,60	-
Imobilizado	14	217.127,15	217.127,15	227.061,86	227.061,86
Total do ativo não circulante		15.119.849,96	4.996.441,69	7.652.934,87	4.898.929,87
Total do ativo		18.669.186,22	297.293.674,61	10.720.490,27	266.427.650,97
Ativo compensado	15	-	86.154.138,46	-	62.442.146,20
Total do ativo e do ativo compensado		18.669.186,22	383.447.813,07	10.720.490,27	328.869.797,17

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)					
	Nota	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Receitas com restrição					
Programa atividades de saúde	22a	-	815.285.058,31	-	691.139.475,14
Receita ressarcimento rescisão atividades de saúde	22a	-	2.310.335,04	-	2.193.197,87
Outras receitas atividade de saúde	22b	-	6.429.637,53	-	19.511.342,07
			824.025.030,88		712.844.017,08
Receitas sem restrição	23	563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
Outras receitas atividade de saúde		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
Receita líquida atividade de saúde		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
Com restrição		-	824.025.030,88	-	712.844.017,08
Sem restrição		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
Custos com programa com restrição	24	-	(618.517.782,23)	-	(532.306.532,10)
Programa de atividades de saúde		-	(618.517.782,23)	-	(532.306.532,10)
Superávit (Déficit) bruto atividade de saúde		-	205.507.248,65	-	180.537.478,98
Com restrição		-	205.507.248,65	-	180.537.478,98
Sem restrição		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
Despesas operacionais atividade de saúde - com restrição	25	-	-	-	-
Com pessoal	25.1	(8.228.708,11)	(94.346.660,10)	(9.292.883,60)	(85.849.614,94)
Serviços prestados por terceiros	25.2	(3.180.076,77)	(89.949.633,36)	(4.417.185,45)	(85.512.299,83)
Gerais e administrativas	25.3	(2.500.735,83)	(30.269.906,58)	(1.964.304,12)	(18.618.585,08)
Depreciação e amortização	14	(9.934,71)	(9.934,71)	(13.085,28)	(13.085,28)
Tributárias	25.4	(14.042,89)	(1.657.330,87)	(26.538,76)	(348.427,00)
			(13.933.498,31)		(216.233.465,62)
Outras receitas operacionais atividade de saúde - com restrição	26	13.907.637,31	13.907.637,31	12.746.726,53	12.746.726,53
Recuperação de despesas Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro - atividade de saúde		(25.861,00)	3.181.420,34	(2.967.270,68)	2.942.193,38
Com restrição		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
Sem restrição		(25.297,60)	3.204.453,98	(2.967.265,68)	3.180.138,88
Resultado financeiro atividade de saúde - com restrição	27	24.448,94	7.424.857,47	636,97	1.310.141,19
Receitas financeiras		(192.472,10)	(7.910.935,18)	(131.808,06)	(6.134.672,03)
Despesas financeiras		(168.023,16)	(486.077,71)	(131.071,09)	(4.824.530,84)
Superávit (Déficit) do exercício Atividade de Saúde					
Com restrição		(193.884,16)	2.695.342,63	(3.098.441,77)	(1.882.337,46)
Sem restrição		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
		(193.320,76)	2.718.376,27	(3.098.436,72)	(1.644.391,96)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)					
	Nota	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades sociais					
Superávit (Déficit) do exercício		(193.320,76)	2.718.376,27	(3.098.436,77)	(1.644.391,96)
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa oriundo das atividades sociais		9.934,71	9.934,71	13.085,28	13.085,28
Depreciação e amortização		9.934,71	9.934,71	13.085,28	13.085,28
Variações nos ativos e passivos					
Contratos de gestão e convênios		-	191.191.796,03	-	(27.065.301,33)
Contas a receber		(80.593,29)	(75.593,29)	(147.076,60)	9.502,83
Estoque		-	1.100.678,78	-	2.485.572,81
Impostos e contribuições a recuperar		139.556,52	296.058,25	(2.496,82)	(6.595.886,79)
Adiantamentos a terceiros		55.014,78	205.683,17	27.314,22	(410.151,03)
Adiantamentos a funcionários		88.311,95	(81.199,56)	(31.766,23)	(122.772,04)
Depósitos judiciais		69.528,41	(107.446,53)	-	(201.063,14)
Partes relacionadas a receber		(7.537.778,21)	-	(2.025.175,82)	-
Outros ativos		(6.827,45)	(296.062,86)	(10.921,57)	(119.830,20)
Outros fornecedores		99.499,99	(12.939.291,37)	217.535,71	6.832.001,27
Salário e encargos sociais		468.086,74	5.572.960,59	826.635,88	(611.818,61)
			147.074,76		328.869.797,17

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil ("ISG" ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: - HDT - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - CEAP-SOL - Condomínio Solidariiedade, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro; - HRR - Hospital Regional Jony Bossman, situado em Itambém, Estado de São Paulo; - HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edu Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - HRR - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo; - HRLN - Hospital Regional Litoral Norte, situado em Caragatatuba, Estado de São Paulo; - AME-Pariqueira-Açu - Ambulatório Médico de Especialidades, situado em Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo. O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Criança, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Aranaúma - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, estância sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:
2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.
2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.
2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas.
3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e recursos provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.
(b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto nos Contratos de Gestão.
3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Benefetórias em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, benefetórias em unidades hospitalares locais à gestão do ISG, unidades avançadas e escritórios. O Instituto Sócrates Guanaes, por meio dos contratos de gestão e termos aditivos, administra diversos bens adquiridos com recursos dos contratos. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. Os contratos de gestão definem que tais bens são das Secretarias de Saúde de cada Estado e que ao final dos contratos estes serão devolvidos às respectivas Secretarias de Saúde dos Estados. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.
(b) Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil - econômica estimado dos bens. Em relação aos contratos de gestão, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos públicos advindos dos contratos de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, das Secretarias de Saúde de cada Estado.
3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"): O valor contábil do ativo imobilizado é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2022 e 2021.
3.4. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames, contudo possuem restrições de uso, conforme contratos de gestão.
3.5. Patrimônio Líquido: O Instituto aplica integralmente seus recursos, na forma da legislação aplicável, na manutenção de seus objetivos.
3.6. Apuração do resultado: As receitas, custos e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.
3.7. Tributação: O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. O Instituto, sem insumo, tributo sobre o lucro, foi apurado e provisionado, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para apuração do PIS é o valor da folha de pagamento, com aliquota de 1%, quando existente. Os valores apurados são recolhidos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Nota	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Caixa com restrição (*)		-	13.756,47	-	15.677,20
Caixa sem restrição		1.309,51	1.309,51	103,95	103,95
Bancos conta movimento com restrição (*)		-	223.943,18	-	2.008.363,87
Bancos conta movimento sem restrição		-	4.837,88	1,00	7,31
Aplicações financeiras com restrição (*) (a)		-	70.217.166,64	-	18.221.008,58
Aplicações financeiras sem restrição (a)		684.758,75	1.330.685,64	8.719,94	475.666,07
		686.068,26	71.830.699,32	8.824,89	20.720.826,98

As aplicações financeiras com e sem restrição, referem-se substancialmente a CDB e renda fixa no Banco do Brasil e Santander, e Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa FIC") e Santander, conta poupança no Bradesco, de curto prazo, remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. (*) Cada recurso recebido em razão dos contratos de gestão é alocado em contas-correntes e aplicações financeiras que foram criadas especificamente para ger-los e aplicá-los devidamente. Porém, o ISG é responsável pelas aplicações de recursos e todos estes estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte dos contratantes.

DESCRIÇÃO	Taxa% a.a.	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
AME PARIQUEIRA	12,38	6.622.515,12	4.218.760,26	-	-
AME SJC	11,52	442.866,83	632.150,32	-	-
CEAP-SOL	12,38	2.207.282,01	4.695.061,34	-	-
HDT	12,38	3.216.262,95	1.342.964,83	-	-
HEAL CG 01/19	12,35	3.669.953,07	250.023,78	-	-
HEAL CG 04/14	12,35	394,51	350,28	-	-
HERC	8,5	1.687,62	311.415,04	-	-
HRR	12,38	3.816.772,12	1.933.973,65	-	-
HRLN	12,38	27.610.195,50	4.571.519,60	-	-
HRR	12,38	21.685.693,81	195.827,22	-	-
HRSJC	12,38	943.543,10	68.562,26	-	-
TOTAL COM RESTRIÇÃO		70.217.166,64	18.221.008,58		

DESCRIÇÃO	Taxa% a.a.	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
MATRIZ	11,52	684.758,75	8.719,94	-	-
FILIAL SP	11,52	645.926,89	466.946,13	-	-
TOTAL SEM RESTRIÇÃO		1.330.685,64	475.666,07		

5. CONTRATOS DE GESTÃO CONVÊNIO

	Nota	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
HDT		-	11.543.321,66	-	27.129.738,96
HERC (*)		-	46.643.690,77	-	44.106.296,15
HEAL CG 004/2014 (*)		-	82.277.238,85	-	81.985.276,89
HEAL CG 001/2019		-	37.618.597,95	-	29.920.011,48

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG														
CNPJ nº 03.969.808/0001-70														
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América														
Salá 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA														
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021														
Outras receitas atividade saúde com restrição (b)		Consolidado												
Contribuições e Doações		2022	2021											
HDT	2.498.566,85	3.030.465,22												
CEAP-SOL	59.191,14	419.564,25												
HEAL CG 001/2019	865.376,40	1.128.112,70												
HR/R	547.832,75	370.038,96												
HR/SJC	49.858,13	170.700,14												
HRLN	34.328,93	836.014,49												
AMESIC	3.053,64	77.264,11												
HRR	78.084,94	379.572,06												
Outras Receitas diversas		0,00												
HERC	556.253,07	4.619.050,47												
HDT	6.298,05	6.821,76												
CEAP-SOL	366,65	354,63												
HEAL CG 001/2019	452,38	0,00												
HEAL CG 004/2014	1.677.353,43	8.011.779,21												
HR/R	9.757,21	254.826,34												
HRR	30.583,74	6.300,00												
HRLN	10.122,85	1.267,26												
AMESIC	2.157,37	0,00												
HR/SJC	0,00	199.210,47												
	6.429.637,53	19.511.342,07												
a) Recetas de subvenções realizadas em razão da execução dos contratos de gestão firmados entre o ISG e as Secretarias de Saúde de Estado, sempre realizando o reconhecimento de receitas de acordo com os custos a elas correlacionados, em atendimento a normas contábeis. b) Refere-se a outras receitas na área de saúde, com restrição, tais como: contribuições, descontos obtidos e doações recebidas, todas vinculadas aos contratos de gestão.														
23. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO														
		2022	2021											
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado										
Outras receitas atividade saúde sem restrição														
ISG Matriz	563,40	563,40	5,00	5,00										
Filial SP	-	22.470,24	-	237.940,50										
	563,40	23.033,64	5,00	237.945,50										
Refere-se a outras receitas na área de saúde, sem restrição, tais como: contribuições e descontos obtidos, além de receita de negociação de contrato com o banco Santander.														
24. CUSTOS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO														
		2022	2021											
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado										
Custo de pessoal próprio (a)	-	217.203.797,60	-	188.445.181,67										
Custos de serviços assistências e de apoio (b)	-	271.904.272,25	-	229.127.366,04										
Materiais médicos e hospitalares	-	28.402.971,53	-	32.927.927,74										
Medicamentos	-	33.504.866,89	-	38.601.973,57										
Custo de pessoal cedido (c)	-	19.620.920,20	-	18.722.903,39										
Materiais em geral	-	31.876.781,13	-	24.506.655,56										
Bens Adquiridos CG	-	12.432.273,85	-	2.657.822,37										
Outros	-	3.571.898,78	-	3.758.706,26										
(-) Recuperação de PIS	-	-	-	(6.442.004,50)										
		618.517.782,23		532.306.532,10										
a) O custo com pessoal próprio se refere a todos os colaboradores que executam as tarefas diárias dentro das dependências das unidades de saúde, voltada a atividade de saúde, esta rubrica comporta todas as remunerações, benefícios, encargos e outros custos com pessoal próprio. b) Este grupo contempla os custos indiretos necessários a execução do serviço, tais como: serviços de alimentação, higienização, limpeza, segurança, lavanderia, coleta de lixo, manutenção, locação, anestesiológico, laboratório, hemoterapia, fisioterapia, ortopedia, médicos, apoio PJ e PF dentre outros, além de contribuições sindical patronal e taxas diversas. c) Em detrimento do contrato de gestão do HDT, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do HDT, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado de Goiás. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois, em essência, o pessoal cedido trabalha no HDT e são remunerados com recursos provenientes do contrato de gestão, mediante dedução dos valores														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="5">RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="5">entre o reconhecimento das receitas de subvenções em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que as diferenças das subvenções relacionadas foram transferidas para a conta de "Contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que os contratos suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme mencionado na Nota "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO"; bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2): Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guanães – ISG, para o reconhecimento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são dos Estados, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retro mencionados, e que, ao final dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos às contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o novo entendimento contábil. Resposta da auditoria ao assunto: Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções (CFN n.º 1.374/11), que a nota readeja à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFN n.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos constituiria uma apresentação não enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, qual seja, exigência à continua obediência da prevalência da ESSENCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, examinamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconhecemos que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com as subvenções relacionadas, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsões contábeis, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CF 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Ênfase(s): Continuidade das operações, unidades não auditadas, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre entidades. Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação dos contratos de gestão, previstos para conclusões em 24/06/2023 – HDI; 30/04/2023 – AME-SJC; 24/06/2023 – CEAP-SOL; 26/02/2023 – HEAL CG 001/2019; 31/05/2027 – HR/R; 11/12/2023 – HR-SJC; 03/04/2023 – HRR, 19/12/2024 – HRLN e 31/12/2024 – AME-PARIQUERA-AÇU. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. As demonstrações contábeis individuais da Filial Administrativa – SP, Instituto do Coração da Bahia – INCOBA e Hospital Estadual da Criança – HEC não foram objeto de análise por nenhuma empresa de auditoria independente, contudo os demonstrativos financeiros individuais estão incorporados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanães – ISG. Contudo, para as unidades AME-SJC, HEAL CG 001/2019, HR/R, HRR e HRLN, evidenciamos que os registros foram realizados parcialmente em contas de Ativo e Passivo compensados, ainda, para as unidades CEAP-SOL e HDI, os relatórios apresentados dos registros também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio destas Unidades. Identificamos, ainda, que no caso dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estes, estão sendo controlados em contas genéricas (Ativo e Passivo compensados). Contudo, assim como o ocorrido com os bens cedidos, os valores também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio de todas essas Unidades, o que, por força de contrato, podem ser ocasionadas contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "13 – Transações entre Unidades", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base nos Contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras do exercício anterior em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 19 de abril de 2022. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis</td> </tr> </tbody> </table>					RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS					entre o reconhecimento das receitas de subvenções em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que as diferenças das subvenções relacionadas foram transferidas para a conta de "Contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que os contratos suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme mencionado na Nota "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO"; bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2): Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guanães – ISG, para o reconhecimento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são dos Estados, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retro mencionados, e que, ao final dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos às contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o novo entendimento contábil. Resposta da auditoria ao assunto: Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções (CFN n.º 1.374/11), que a nota readeja à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFN n.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos constituiria uma apresentação não enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, qual seja, exigência à continua obediência da prevalência da ESSENCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, examinamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconhecemos que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com as subvenções relacionadas, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsões contábeis, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CF 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Ênfase(s): Continuidade das operações, unidades não auditadas, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre entidades. Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação dos contratos de gestão, previstos para conclusões em 24/06/2023 – HDI; 30/04/2023 – AME-SJC; 24/06/2023 – CEAP-SOL; 26/02/2023 – HEAL CG 001/2019; 31/05/2027 – HR/R; 11/12/2023 – HR-SJC; 03/04/2023 – HRR, 19/12/2024 – HRLN e 31/12/2024 – AME-PARIQUERA-AÇU. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. As demonstrações contábeis individuais da Filial Administrativa – SP, Instituto do Coração da Bahia – INCOBA e Hospital Estadual da Criança – HEC não foram objeto de análise por nenhuma empresa de auditoria independente, contudo os demonstrativos financeiros individuais estão incorporados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanães – ISG. Contudo, para as unidades AME-SJC, HEAL CG 001/2019, HR/R, HRR e HRLN, evidenciamos que os registros foram realizados parcialmente em contas de Ativo e Passivo compensados, ainda, para as unidades CEAP-SOL e HDI, os relatórios apresentados dos registros também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio destas Unidades. Identificamos, ainda, que no caso dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estes, estão sendo controlados em contas genéricas (Ativo e Passivo compensados). Contudo, assim como o ocorrido com os bens cedidos, os valores também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio de todas essas Unidades, o que, por força de contrato, podem ser ocasionadas contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "13 – Transações entre Unidades", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base nos Contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras do exercício anterior em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 19 de abril de 2022. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis				
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS														
entre o reconhecimento das receitas de subvenções em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que as diferenças das subvenções relacionadas foram transferidas para a conta de "Contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que os contratos suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme mencionado na Nota "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO"; bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2): Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guanães – ISG, para o reconhecimento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são dos Estados, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retro mencionados, e que, ao final dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos às contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o novo entendimento contábil. Resposta da auditoria ao assunto: Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções (CFN n.º 1.374/11), que a nota readeja à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFN n.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos constituiria uma apresentação não enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, qual seja, exigência à continua obediência da prevalência da ESSENCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, examinamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconhecemos que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com as subvenções relacionadas, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsões contábeis, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CF 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Ênfase(s): Continuidade das operações, unidades não auditadas, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre entidades. Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação dos contratos de gestão, previstos para conclusões em 24/06/2023 – HDI; 30/04/2023 – AME-SJC; 24/06/2023 – CEAP-SOL; 26/02/2023 – HEAL CG 001/2019; 31/05/2027 – HR/R; 11/12/2023 – HR-SJC; 03/04/2023 – HRR, 19/12/2024 – HRLN e 31/12/2024 – AME-PARIQUERA-AÇU. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. As demonstrações contábeis individuais da Filial Administrativa – SP, Instituto do Coração da Bahia – INCOBA e Hospital Estadual da Criança – HEC não foram objeto de análise por nenhuma empresa de auditoria independente, contudo os demonstrativos financeiros individuais estão incorporados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanães – ISG. Contudo, para as unidades AME-SJC, HEAL CG 001/2019, HR/R, HRR e HRLN, evidenciamos que os registros foram realizados parcialmente em contas de Ativo e Passivo compensados, ainda, para as unidades CEAP-SOL e HDI, os relatórios apresentados dos registros também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio destas Unidades. Identificamos, ainda, que no caso dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estes, estão sendo controlados em contas genéricas (Ativo e Passivo compensados). Contudo, assim como o ocorrido com os bens cedidos, os valores também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio de todas essas Unidades, o que, por força de contrato, podem ser ocasionadas contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "13 – Transações entre Unidades", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base nos Contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras do exercício anterior em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 19 de abril de 2022. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis														

Curvello fala sobre comunicação, fake news e fome

REDAÇÃO

O tema “Velocidade da Tecnologia e os Desafios da Comunicação” orientou a palestra do secretário estadual de Comunicação da Bahia, André Curvello, ontem, com lideranças empresariais do Coletivo Empresarial Business Bahia, no The Latvian, no Bahia Marina, em Salvador. O gestor compartilhou seus conhecimentos sobre gestão e comunicação à frente da Secretaria de Estado, convidou o empresariado a se somar ao Programa Bahia Sem Fome, garantindo o selo de empresa amiga do programa, e fa-

lou do combate às fake news no âmbito institucional. “Hoje é uma oportunidade de diálogo entre o setor público e o privado e para falar sobre temas importantes, como o projeto de lei das Fake News, que tramita no Congresso Nacional, e de apresentar o programa Bahia Sem Fome. O Brasil, infelizmente, voltou ao mapa da Fome, então é um momento de chamar todos para a responsabilidade social: pessoas públicas, iniciativa privada, cidadãos e cidadãs e o comércio e a indústria. Essa não é uma luta só do Estado, mas de toda sociedade”, frisou o secretário. O secretário também

apresentou casos de comunicação da pasta e principais campanhas de combate à fome e às fake news, acompanhadas de uma linha do tempo com os principais desafios enfrentados pela comunicação nos últimos anos, e como as empresas podem ajudar no combate às notícias fake. O Governo da Bahia, através da Secom, criou a plataforma Bahia Contra o Fake, para denunciar informações falsas e possibilitar que o cidadão realize denúncias através do WhatsApp e do Telegram. Para o presidente da Business Bahia, Carlos Falcão, a palestra é um momento para os empresários co-

nhecerem um pouco a história e desafios da comunicação e a importância das empresas combatem a circulação de notícias falsas. “Essa palestra nos brindou com o tema importante da comunicação, principalmente agora em que se debate o PL da Fake News. É fundamental que o empresariado baiano entenda que juntos – o poder público, gestor público e os gestores privados –, construíam uma comunicação eficiente, sem informações falsas. Chega de fake news, chega de sermos inundados diariamente com notícias que não são verdadeiras”, reforçou Falcão.



Crédito: Antonio Queiroz GOVBA

Alexandre solta Anderson Torres com tornozeleira

LAVÍNIA KAUCZ AGÊNCIA ESTADO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na tarde de ontem a liberdade provisória de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. “No presente momento da investigação criminal, as razões para a manutenção da medida cautelar extrema em relação a Anderson Gustavo Torres cessaram, pois a necessidade compatibilização entre a Justiça Penal e o direito de liberdade demonstra que a eficácia da prisão preventiva já alcançou sua finalidade, com a efetiva realização

de novas diligências policiais, que encontravam-se pendentes em 20/4/2023”, escreveu Moraes na decisão. Em substituição à prisão, Moraes decretou uma série de medidas, como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de sair do Distrito Federal, recolhimento domiciliar noturno e nos finais de semana e afastamento do cargo de delegado da Polícia Federal. Moraes também determinou o cancelamento de todos os seus passaportes e a suspensão imediata do porte de armas em nome de Torres. Por fim, o ministro proibiu Torres de usar redes sociais e de se comunicar com os demais envolvidos na investigação.

Moda plus size planeja R\$ 15 bilhões de faturamento

ISABELA BOLZANI G1

Os debates sobre inclusão e aceitação aos corpos fora do padrão têm crescido no mercado de vestuário. E, impulsionado pelo alcance da internet e das redes sociais, o tema já começa a alterar as configurações do segmento de moda — principalmente no que diz respeito a roupas plus size. Segundo os dados mais recentes da Associação Brasil Plus Size (ABPS), o segmento movimentou R\$ 9,6 bilhões em 2021 e tem expectativa de alcançar os R\$ 15 bilhões em faturamento até 2027. De acordo com especia-

listas ouvidos pelo g1, o movimento não é de hoje, mas ganhou força durante a pandemia e tende a crescer ainda mais nos próximos anos — resultado de mudanças na percepção e comportamento dos consumidores que, mais empoderados, demandam uma maior diversidade de produtos e peças que atendam a diferentes estilos. Lá fora, nomes como Dolce&Gabbana e Versace, por exemplo, já trabalham há anos com tamanhos maiores do que a grade convencional. Por aqui, no entanto, esse movimento é mais recente, e só agora o mercado plus size começa a dar passos mais largos rumo a uma participação maior no setor de vestuário.

Desigualdade recua em 2022 com Auxílio Brasil

VALOR ONLINE

Com aumento de valor do Auxílio Brasil em ano eleitoral e melhora do mercado de trabalho, a desigualdade de renda caiu no país em 2022 e atingiu o menor nível da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua – Todos os rendimentos, que chegou em 2012. Os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o chamado índice de Gini do rendimento domiciliar per capita – que é um indicador de desigualdade – caiu de 0,544 em 2021 para 0,518 em 2022. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais perto de 1, mai-

or é a desigualdade de um país. O resultado ficou também abaixo de 2019, antes da pandemia, quando era de 0,544. “Vimos na passagem entre 2021 e 2022 uma redução importante da desigualdade, mas ainda é um valor bem alto se comparado a outros países”, afirma a analista do IBGE e responsável pela pesquisa, Alessandra Brito. O indicador reflete o aumento do rendimento médio mensal real domiciliar per capita em quase todas as classes de rendimento: a única exceção foi no grupo dos 1% mais ricos (que teve redução de 0,3%). O crescimento do rendimento, se deu de forma mais intensa nas faixas mais pobres da população.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**COMUNICADO**

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional Jorge Rossmann

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRJR

HRJR - Hospital Regional Jorge Rossmann

CNPJ nº 03.969.808/0009-27

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Balço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante		8.908.794,60	11.950.172,86
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.515.854,18	9.160.586,60
Contratos de gestão e convênios	5	2.869.574,10	128.360,72
Estoques	6	1.980.323,94	2.283.096,77
Outros Créditos	7	376.416,10	230.739,41
Despesas pagas antecipadamente	8	166.626,28	147.389,36
Não Circulante		3.109.712,95	-
Partes relacionadas	9 (a)	3.109.712,95	-
Total do ativo		12.018.507,55	11.950.172,86
Ativo compensado	10	6.169.024,81	6.167.566,81
Total do ativo e do ativo compensado		18.187.532,36	18.117.739,67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

Sem movimento			
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
1. Contexto operacional:	O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu a novo modelo de gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas à Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo de concorrência pública para administrar uma importante unidade de saúde do estado, o HRJR - Hospital Regional Jorge Rossmann, localizado na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRJR, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017, com vigência de 60 meses, e seus respectivos termos aditivos. 2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), constabanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis, exceto para as mudanças de apresentação, conforme descrito na Nota 15, referente às "Receitas operacionais - com restrição" e Nota 17, referente aos "Custos com restrição programa de atividades de saúde". 3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimen-		

mentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e referem-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017, com vigência de 60 meses, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e empréstimos de terceiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, e seus respectivos termos aditivos, administra o HRJR e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames. **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributação:** O

5. Subvenções assistenciais - contrato de gestão

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Glossa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Previsão Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/ Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2017	29.551.684,76	173.480,14	1.831.575,81	1.227.501,20	(516,37)	25.954.316,78	3.167.289,88	29.551.684,76	-	304.623.747,56	275.072.062,80	278.239.352,68
2018	72.044.979,56	579.847,25	177.767,52	82.992,80	-	76.164.820,13	(467.478,16)	72.044.979,56	-	0,00	203.027.083,24	202.559.605,08
2019	99.223.144,65	405.131,18	219.373,54	28.264,78	(158.902,54)	98.130.181,04	99.223.144,65	99.223.144,65	-	41.078.452,65	144.882.391,24	145.880.801,65
2020	102.538.692,50	237.931,85	234.862,42	180.556,67	2.115,13	103.846.974,60	(128.360,72)	102.738.692,50	200.000,00	44.594.000,50	86.937.699,24	86.809.338,52
2021	101.963.981,00	236.409,89	1.458,00	641.686,75	37.705,96	105.544.127,06	(2.869.574,10)	101.763.981,00	-	43.597.609,00	28.571.327,24	25.701.753,14

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HRJR), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendimento os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2021 é de R\$ 28.571 milhões até a conclusão do contrato prevista para junho de 2022. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 25.701 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida o custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual. **6. Estoques:** Em 31 de dezembro de 2021, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.980.323,94 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição

	2021	2020
Estoque	1.633.801,24	2.281.836,77
Compras a Devolver/Cancelar	213.508,30	1.260,00
Estoque em Poder de Terceiros	133.014,40	-
Total	1.980.323,94	2.283.096,77

Custo	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Bens Recebidos em Doação	Total
Em 31/12/19	824.012,40	305.019,35	33.047,60	1.066.637,52	-	2.228.716,87
Adição	34.477,00	7.606,56	2.764,72	190.014,14	69.000,00	303.862,42
Em 31/12/20	858.489,40	312.625,91	35.812,32	1.256.651,66	69.000,00	2.532.579,29
Adição	-	-	-	1.458,00	-	1.458,00
Em 31/12/21	858.489,40	312.625,91	35.812,32	1.258.109,66	69.000,00	2.534.037,29

	2021	2020
Enfrentamento COVID 19	3.634.987,52	3.634.987,52
Total	3.634.987,52	3.634.987,52

	2021	2020
11. Fornecedores		
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	923.900,41	1.309.102,58
Fornecedores de serviços	4.237.556,88	4.390.101,10
Total	5.161.457,29	5.699.203,68

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 001.0500.000011/2017, ISG/HRJR. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são neces-

sários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 001.0500.000011/2017, ISG/HRJR. **12. Salários e encargos sociais:** As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	2021	2020
Salários a pagar	1.527.091,33	1.469.362,73
Pensão a pagar	4.944,09	3.944,12
Rescisão a pagar	17.372,30	1.108,26
INSS	725.415,40	701.430,85
FGTS	245.683,34	227.539,37
Provisões férias e encargos	3.605.697,74	3.056.193,36
Outros	9.921,28	4.042,50
Total	6.136.125,48	5.463.621,19

	2021	2020
7. Outros Créditos		
Adiantamentos a fornecedores	144.372,67	29.607,02
Outros Valores Receber	0,00	972,74
Créditos de Empregados (i)	232.043,43	200.159,65
Total	376.416,10	230.739,41

(i) Refere-se a antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.

	2021	2020
8. Despesas Antecipadas		
Prêmios de Seguros	17.541,34	9.571,31
Vale-Transporte	29.570,25	23.333,20
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	116.514,69	108.484,85
Combustível	3.000,00	6.000,00
Total	166.626,28	147.389,36

	2021	2020
9. Partes relacionadas: a) Partes relacionadas - a receber:		
ISG - HRR	3.109.712,95	-
Total	3.109.712,95	-

10. Ativo/Passivo Compensado: O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, e seus respectivos aditivos, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Custo de pessoal próprio (i)	33.269.314,31	31.787.372,08
Materiais médicos e hospitalares	5.137.672,39	5.340.590,17
Medicamentos	5.840.213,92	3.804.461,45
Órtese e Prótese	466.253,76	403.685,82
Gases	238.763,50	286.532,17
Materiais de uso e consumo	2.010.968,51	973.870,82
Ajuste de Inventário e Perdas	(28.293,02)	9.762,44
Custos de serviços assistenciais e de apoio (ii)	39.763.834,92	41.822.301,90
Impostos, Taxas e Contribuições	0,00	10.838,76
Provisão de Contingências	7.642,08	2.115,13
Bens Adquiridos com recursos do contrato de gestão (iii)	86.706.370,37	84.745.393,16
Total	86.706.370,37	84.745.393,16

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações,

Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

	Nota	2021	2020
Receitas com restrição		104.666.030,42	103.734.463,63
Programa atividades de saúde	15	104.666.030,42	103.734.463,63
Outras receitas atividades de saúde	16	624.865,30	99.878,78
Custos com programa		(86.706.370,37)	(84.745.393,16)
Programa atividades de saúde com restrição	17	(86.706.370,37)	(84.745.393,16)
Superávit bruto		18.584.525,35	19.088.949,25
Despesas operacionais atividade de saúde com restrição	18	(4.649.449,75)	(4.658.241,54)
Com pessoal	18.1	(4.649.449,75)	(4.658.241,54)
Serviços prestados por terceiros Gerais e administrativas	18.2	(10.092.340,81)	(10.487.995,92)
Tributárias	18.3	(3.964.343,57)	(4.160.596,25)
Total	18.4	(82.375,07)	(57.556,42)
Resultado financeiro atividade de saúde com restrição		(203.983,85)	(275.440,88)

Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição			
Programa Atividades de Saúde - Investimentos			
		2021	2020
Bens Adquiridos CG		1.458,00	-
		(1.458,00)	-
Total		0,00	0,00

Déficit antes do resultado financeiro			
Resultado financeiro atividade de saúde com restrição			
	Nota	2021	2020
Receitas financeiras	19	253.231,34	318.609,74
Despesas financeiras		(49.247,49)	(43.168,86)
Total		203.983,85	275.440,88

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Variações nos ativos e passivos		
Contratos de gestão e convênios	(2.741.213,38)	(128.360,72)
Estoques	302.772,83	(1.129.621,98)
Outros Créditos	(145.676,69)	(4.016,82)
Despesas Pagas Antecipadamente	(19.236,92)	19.662,96
Partes relacionadas	(3.109.712,95)	1.159.830,25
Fornecedores	(537.746,39)	430.970,80
Salários e encargos sociais	672.504,29	228.347,56
Obrigações tributárias	(15.458,79)	58.548,99
Subvenções assistenciais a realizar	-	(998.410,41)
Outros passivos	(58.606,50)	80.958,66
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	(5.652.374,50)	(282.090,71)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(5.652.374,50)	(282.090,71)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.160.586,60	9.440.562,18
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.515.854,18	9.160.586,60
Total	3.515.854,18	9.160.586,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por

... continuação

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRJR

encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros. (iii) Houve mudança no critério e apresentação para os custos referentes a investimentos na aquisição de bens, onde, para o exercício 2020 estavam contidos nesta nota (17), e para exercício 2021 os valores estão contidos no grupo "Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição" **18. Despesas Operacionais – Com Restrição Atividades de saúde: 18.1. Despesas Com Pessoal**

	2021	2020
Salários	2.454.349,01	2.498.928,24
Horas Extras	154,81	642,59
Adicionais	241.429,61	265.290,20
Férias	358.177,45	348.118,61
13º salário	252.880,61	216.328,59
Aviso Prévio	12.939,83	11.982,33
D.S.R	18.952,03	21.658,11
Indenizações	60.147,39	11.209,14
Auxílio Educação	47.041,00	40.068,21
Benefícios (i)	0,00	25.867,03
Encargos sobre a folha	1.203.186,01	1.218.148,49
Outras Despesas com Pessoal	192,00	-
	4.649.449,75	4.658.241,54

(i) Os benefícios são compostos por vale-transporte, Vale Alimentação/Refeição e assistência médica pagos os funcionários. **18.2. Serviços Prestados Por Terceiros:**

	2021	2020
Serviços Advocáticos	193.540,00	231.111,75
Serviços de Consultoria (i)	1.823.642,65	2.217.381,28
Despesas Com Alimentação	3.035.931,70	3.466.839,85
Serviços de Contabilidade	123.750,00	156.263,80
Serviços Especializados em TI	782.308,92	1.100.649,36
Serviços RH	452.499,02	435.289,94
Despesas Corporativas (ii)	2.279.946,73	1.563.961,59
Outros Serviços	1.400.721,79	1.316.498,35
	10.092.340,81	10.487.995,92

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

18.3. Gerais e Administrativos:

	2021	2020
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	87.185,11	233.856,78
Aluguel de bens imóveis	0,00	3.992,80
Utilidades e Serviços (i)	3.867.484,03	3.808.101,24
Viagens e Estadias	9.648,97	42.575,57
Outros Despesas (ii)	25,46	72.069,86
	3.964.343,57	4.160.596,25

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios e seguro predial. (ii) São gastos com estacionamento e pedágios, anuidades e mensalidades, despesas legais e judiciais e despesas com chaves e carimbos

18.4. Despesas Tributárias

	2021	2020
IOF	1.402,10	1.574,74
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	47.964,48	55.981,68
IOF Sobre Aplicações Financeiras	22.606,04	-
Outros Impostos e Taxas	10.402,45	-
	82.375,07	57.556,42

19. Resultado Financeiro – Com restrição Atividades de saúde

	2021	2020
Receitas Financeiras	253.231,34	318.609,74
Despesas Financeiras	(49.247,49)	(43.168,86)
	203.983,85	275.440,88

20. Contingências

	2021	2020
Contingências Trabalhistas - LP	9.757,21	2.115,13
	9.757,21	2.115,13

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que R\$ 9.757,21 se refere ao valor de contingências trabalhistas consideradas de perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados, pelo departamento jurídico da Entidade, estão abaixo listados.

Diretoria		
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes	Ernesto Stangueti	Raphael Lindenbach de Moraes
Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72	Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15	CRC 1SP 261037

Relatório - Contratado X Realizado

183 - Internações

	Cont.	Real.	%
Clínica Médica	850	1.005	18%
Obstetrícia	1.700	1.695	-
Pediatria	375	510	36%
Total	2.925	3.210	10%

470 - Saldas Hospitalares em Clínica Cirúrgica

	Cont.	Real.	%
Eletivas	1.192	625	-48%
Urgências	240	274	14%
Total	1.432	899	-37%

322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais

	Cont.	Real.	%
Cirurgia Hospital - Dia	142	65	-54%
Total	142	65	-54%

185 - Urgência / Emergência

271 - Consultas Médicas

	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede Interconsultas	1.552	353	-77%
Consultas Subseqüentes	1.252	519	-59%
Total	6.954	4.071	-41%

275 - SADT Externo

	Cont.	Real.	%
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	360	316	-12%
Diagnóstico por Tomografia	600	554	-8%
Diagnóstico por Endoscopia	660	450	-32%
Total	1.620	1.320	-19%

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia

	Cont.	Real.	%
Colonoscopia	-	-	-
TC abdome superior	-	-	-
TC tórax	-	-	-
US próstata abdominal	-	-	-
US tireoide	-	-	-
Total	-	-	-

Tipo	2021		2020	
	Quat.	Valor Estimado	Quat.	Valor Estimado
Quantidade de ações Possíveis				
Trabalhistas	14	1.035.190,12	5	167.160,56
Cível	20	6.567.793,64	13	R\$ 5.026.049,71
Tributária	-	-	-	-
Tipo	2021		2020	
	Quat.	Valor Estimado	Quat.	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis				
Trabalhistas	2	9.757,21	1	2.115,13
Cível	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-

21. Eventos Subseqüentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer. Em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Itanhaém - SP, 04 de Abril de 2022.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e Conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG. Gestor Do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR. Itanhaém - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRJR - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRJR, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **§ Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, esta correlacionado nas Notas "05 - Subvenções Assistências Contrato de Gestão", 15 Receitas Operacionais com Restrição e 16 Outras Receitas com Restrição, Atividade de Saúde, todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade sobre Subvenções a receber, no valor de R\$ 2.869 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de N° 001.0500.000011/2017, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, será efetivada no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 105.290 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados, para o período em análise, por este motivo a Entidade possui subvenção a receber. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o Regime de Competência estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota 05 "Subvenções Assistências" "Contrato de Gestão", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. **§ Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - Principais Políticas Contábeis", subitem "3.2 Ativo Imobilizado", letra "a", "Reconhecimento e Mensuração", infor-

mados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão N° 001.0500.000011/2017, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRJR optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N° 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da Essência Sobre a Forma, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase - Continuidade das operações, controles gerenciais do ativo e passivo compensado e transações entre partes relacionadas:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000011/2017 e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 06/06/2022. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000011/2017 e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR. Contudo, não evidenciamos os registros destes bens em contas de controle. Ativo e Passivo compensado. Identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "9 - Partes relacionadas", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 01 de abril de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Itanhaém, SP, 05 de abril de 2022.

Work7
Auditores Independentes SS
CRC 1GO 001891 "S" - SP

José Ricardo Xavier - Contador
CRC 1GO-013785/O-0 "S" SP
CVM 12.424



INSTITUTO SÓCRATES GUAANÊS - ISG
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Salá 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Contratos de gestão e convênios, etc.

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Passivo e patrimônio social, Circulante, Fornecedores, Salários e encargos sociais, etc.

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receitas com restrição, Receitas sem restrição, Receita líquida atividade de saúde, etc.

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Fluxos de caixa das atividades sociais, Superávit (Déficit) do exercício, Ajustes para conciliar o superávit ao caixa oriundo das atividades sociais, etc.

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Subvenções e assistências a realizar, Contingências, Partes relacionadas a pagar, etc.

Table with columns: Matríz, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Outras receitas operacionais atividade de saúde - com restrição, Recuperação de despesas, Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Instituto Sócrates Guaanês - ISG é uma Associação Civil (ISG ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde.

13. TRANSAÇÕES ENTRE UNIDADES
a) Ativo
HEAL 3.000.000,00 0,00 0,00
HERC 65.336,51 1.040.160,69 0,00
HEC 975.320,13 418.090,75 0,00

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guaanês, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à interpretação Técnica ITG 2002 (RT), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução (CFC) 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG (RT) - Subvenção e Assistência Governamental, aprovada pela Resolução (CFC) 1.355/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, na caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, essência sobre a forma, cuja síntese está demonstrada e as seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que o ativo e passivo financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige o uso de estimativas e julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados em ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

14. IMOBILIZADO
Custo Móveis e Utensílios Máquinas e Equipamentos Equipamentos de Informática Beneficiárias em Propriedade de Terceiros Imobilizado em andamento Total
Em 31 de dezembro de 2020 123.654,89 88.934,16 49.590,25 294.800,00 206.230,50 760.910,80

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já classificados em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sócias e tributárias e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento financeiro, estes passivos financeiros são registrados em valores nominais e não são ajustados. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto nos Contratos de Gestão. 3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Beneficiárias em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, beneficiárias em unidades hospitalares sob a gestão do ISG, unidades privadas e escritórios. O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Chabo, situado em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Araramá - Rio de Janeiro.

15. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO
Bens Cedidos em Comodato
Discriminação Custo Precificados Transferidos Custo
Bens Recibidos em Comodato 4.788.279,86 0,00 4.505.051,11 283.228,75

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Caixa com restrição (*) 15.677,20 11.612,03
Caixa sem restrição 103,95 1.123,72
Bancos conta movimento com restrição (*) - 200.363,87 - 585.840,87

16. FORNECEDORES - NACIONAIS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Fornecedores de bens e mercadorias (a) - 16.445.738,47 - 12.653.226,34
Fornecedores de serviços (b) 619.719,92 41.972.025,97 402.184,21 38.568.270,11

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

5. CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Adiantamento Ouro Cap 0,00 0,00 972,74 0,00
Adiantamento 13ª e Férias 0,00 0,00 2.488.537,29 155.606,69

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS
As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim compostas:
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Salários e rescisões a pagar 404.744,00 10.790.803,01 228.898,91 15.765.360,91

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

6. CONTAS A RECEBER
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Adiantamento a Fornecedor 1.628,09 797.204,14 6.448,80 360.944,68

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
(a) Curto Prazo
Imposto de renda retido na fonte 2.884.462,04 36.374.572,11 2.617.658,39 29.153.458,27

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

7. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RECUPERAR
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
ISS a Compensar 0,00 8,56 0,00 8,56

19. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR
O montante de subvenção a realizar proveniente dos contratos de gestão está composto da seguinte forma:
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Subvenção para custeio - 12.077.347,34 - 15.757.896,68

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

8. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Adiantamento a Fornecedor 1.628,09 797.204,14 6.448,80 360.944,68

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Adiantamentos de Clientes 5.150,69 65.845,58 4.230,45 135.925,34

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

9. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Antecipação de Salários e Ordenados 0,00 0,00 15.000,00 15.000,00

21. CONTINGÊNCIAS
O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as teses das demandas judiciais pendentes e o histórico de pagamento em relação aos valores reclamados, quando aplicável, e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos futuros, e consideradas como prováveis perdas. Em detrimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve divulgar, apenas em nota explicativa, a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo corpo jurídico, como possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados como prováveis e possíveis perdas pelo departamento jurídico da Entidade, foram:

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

10. ESTOQUE
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
HDT 1.485.170,68 1.965.587,82 1.485.170,68 1.965.587,82

22. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
25.1. Despesas com pessoal
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Salários 2.956.579,86 40.775.244,01 2.918.336,81 41.463.029,18

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

11. DESPESAS ANTECIPADAS
Prêmios de Seguros Vale-Transporte 11.453,82 65.798,68 51.579,71 65.798,68

23. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO
Outras receitas atividade saúde ISG Matríz Consolidado Matríz Consolidado
5,00 5,00 1,31 1,31

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

12. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98

24. CUSTOS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Salários 2.956.579,86 40.775.244,01 2.918.336,81 41.463.029,18

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

13. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98

25. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
25.1. Despesas com pessoal
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Salários 2.956.579,86 40.775.244,01 2.918.336,81 41.463.029,18

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

14. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98

26. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
25.1. Despesas com pessoal
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Salários 2.956.579,86 40.775.244,01 2.918.336,81 41.463.029,18

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

15. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98

27. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO
Outras receitas atividade saúde ISG Matríz Consolidado Matríz Consolidado
5,00 5,00 1,31 1,31

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

16. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98

28. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO
Outras receitas atividade saúde ISG Matríz Consolidado Matríz Consolidado
5,00 5,00 1,31 1,31

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

17. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98

29. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO
Outras receitas atividade saúde ISG Matríz Consolidado Matríz Consolidado
5,00 5,00 1,31 1,31

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

18. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
2021 2020
Matríz Consolidado Matríz Consolidado
Ações Trabalhistas 556.654,63 1.351.798,19 556.654,63 1.157.551,98

30. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO
Outras receitas atividade saúde ISG Matríz Consolidado Matríz Consolidado
5,00 5,00 1,31 1,31

Em 31 de dezembro de 2019
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.896.909,27) (1.896.909,27)
Em 31 de dezembro de 2020
Ajustes
Superávit (Déficit) do exercício (1.199.750,84) (1.199.750,84)

